

Turismo de Base Comunitária: estudo da relação dos atores locais com as políticas envolvida na região insular de Belém (PA)

Community-based tourism: study of the relationship of local actors with the policies involved in the insular region of Belém (PA, Brazil)

*Regina Maria Matos Vianna, Pedro de Alcântara Bittencourt César,
Leiliany Negrão de Moura*

RESUMO

Analisam-se as possibilidades de inclusão da comunidade em uma proposta de turismo de base comunitária na ilha de Jutuba – Belém, Pará. Nela, a participação dos atores sociais na utilização dos espaços, no planejamento e execução da atividade turística, para desenvolver o turismo na região insular de Belém torna-se fundamental. Sua participação objetiva-se proporcionar e incentivar o envolvimento da comunidade na elaboração das atividades a serem desenvolvidas. A escolha do objeto de estudo foi fundamentada na necessidade de se priorizar o planejamento turístico ordenado, dada a vocação natural da Amazônia. O método dialético foi escolhido por ser o que penetra no mundo dos fenômenos através de uma ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Após este levantamento buscou-se propor alternativas de inserção da comunidade por meio da gestão do turismo de base comunitária visando o ordenamento da atividade que proporcionará a geração de benefícios econômicos e a inclusão social aos moradores da ilha.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Turístico; Inclusão Social; Turismo de Base Comunitária; Região Insular de Belém; Ilha de Jutuba.

ABSTRACT

There were analyzed the possibilities of including of a community on a proposal for community-based tourism in Jutuba island – Belém, Pará. Here, the participation of social actors in the use of space, in the planning and in the implementation of tourism activity to develop it in the island regional of Belém become essential. Its participation aims to provide and encourage community involvement in the preparing of activities to be developed. The choice of object of study was based on the need to prioritize the tourism planning, given the natural condition of Amazon region. The dialectical method was chosen because it enters the world of phenomena through a reciprocal action, its inherent contradiction in the phenomenon and dialectical chance that occurs in nature and society. Following this survey, there were proposed alternatives to include the community through the community-based tourism management, aiming the development tourism activity, which will provide economic benefits and social inclusion of the residents.

KEYWORDS: Tourism Planning; Social Inclusion; Community-based tourism; Insular Region of Belém; Jutuba Island.

Introdução

Na sociedade, posicionamentos contemporâneos exigem novas práticas no turismo. O sujeito, nela inserido, adota novas convicções científicas, políticas, culturais, filosóficas, que devem compreender ou auxiliar nas modificações ocorridas em seus ambientes físicos e sociais. Consequentemente, suas ações, muitas vezes, criam uma dicotomia: por um lado as relações sociais típicas de uma sociedade consumista; por outro, busca-se cada vez mais o respeito ao ambiente.

Neste panorama socioespacial, frequentemente muitas vezes a visitação transforma o lazer cotidiano em mercadoria. Assim, torna-se importante reconhecer que a organização do território decorre com imposição ao modo de vida, que prioriza as necessidades da reprodução do capital. No processo inverso ao enfraquecimento do Estado, surgem movimentos sociais, que fortalecidos, ampliam as participações comunitárias (CORIOLANO et. al. 2009) e contribuem para a formação de seus arranjos produtivos. Nota-se, entretanto, com esse envolvimento, uma trajetória definida por décadas, definida nas Escolas de pensamento sobre o desenvolvimento. Essas adjetivam a ideia de Sustentabilidade e Participação Social.

Os conceitos de Participação Social e de Desenvolvimento remetem às décadas de 1940 e 1950. Neste momento discutia-se, no âmbito da participação política, como o direito dos cidadãos faz prevalecer nos seus interesses e define seus representantes políticos (VASCONCELLOS et. al, 2009). Nessa perspectiva, são definidos os pilares para um turismo de base comunitária (TBC), buscando proporcionar e incentivar a participação social na elaboração das atividades a serem desenvolvidas. Nesta situação, busca-se oferecer condições para fomentá-lo como atividade econômica ao promover seu desenvolvimento. Espera-se, assim, que a comunidade receptora de um destino de visitação seja a principal responsável pela preservação dos seus valores culturais e dos seus recursos naturais (BRASIL, 2010), além de maior beneficiária.

O reconhecimento de experiências exitosas de turismo de base comunitária no Brasil data de meados dos anos de 1990. Embora no Ministério do Turismo (MTur) muitas das iniciativas de turismo de base comunitária tenham sido adotadas, além de reconhecidas como fenômeno social e econômico, (BELEM, 2010), essas são, principalmente, ações organizadas independente de ações públicas. Entretanto, o Governo Federal vem efetivando algum apoio, mesmo que esporádico, ao identificar seus desafios, potencialidades, e contribuindo para a diversificação da oferta turística associada ao desenvolvimento local. Suas práticas são direcionadas na geração de trabalho e renda, e na “oportunidade de inserção dos atores sociais e econômicos de assumirem o papel ativo nas organizações da oferta de produtos, serviços e destinos turísticos” (BRASIL, 2010, p.11).

Belém (PA), capital do Estado do Pará, possui seu patrimônio natural e cultural valorado com interesse do ponto de vista da atratividade turística. Sua especificidade, entre outros aspectos, justifica-se nos seus 332.0367 km² de terras insulares adjacentes à cidade. Essas se distribuem por mais

de cem ilhas, embora somente 39 delas façam parte legalmente da administração municipal do município (BRASIL, 2006). Grande parte está localizada na Baía de Guajará, foz dos rios Guamá, Moju e Acará, que juntamente a outros menores formam o Rio Pará.

Nessas localidades, torna-se importante e fundamental saber aproveitar o potencial das ilhas para o desenvolvimento local e sustentado do turismo. Nela, o planejamento dos atrativos naturais e culturais respeitando as condições sociais das comunidades ribeirinhas, incentiva a participação das pessoas no compartilhamento das responsabilidades na tomada das decisões referentes ao local. Desta maneira, para que as aspirações sejam efetivamente concretizadas, sobre custos e benefícios da manutenção da biodiversidade, é essencial o êxito de projetos nas áreas insulares do município, que visem à participação comunitária.

Caminhos e métodos adotados

Objetiva-se analisar a maneira de participação dos atores sociais na utilização dos territórios, para o planejamento e inserção da atividade turística na região insular de Belém. Espera-se, assim, compreender a atuação da comunidade por meio da gestão do turismo de base comunitária, visando o ordenamento da atividade para proporcionar a geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais às comunidades insulares do Pará. Adota-se como recorte, para análise, a Ilha de Jutuba, localizada na capital do Estado, Belém. Nela, avaliam-se elementos que justifiquem as ações proponentes. Desta maneira, levantam-se seus atores e relacionam-se com as bases teóricas que justificam o turismo de base comunitária.

Nesta pesquisa, adota-se, o método histórico-genético (LEFEBVRE, 1986) para a análise das contradições encontradas; assim, não se busca enumerar ou medir eventos, mas compreender as lógicas e contradições encontradas. Desta maneira, no seu uso, não se pretende, e geralmente não se emprega, instrumental estatístico para análise de dados; seu foco de interesse envolve as dimensões dos processos constituídos. Buscam-se sínteses relacionadas aos processos socioambientais.

Utiliza-se como procedimento de pesquisa a observação mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação do objeto de estudo. A esse se ampara no estudo da documentação existente, abrangendo uma pesquisa bibliográfica. Assim, a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, espera-se compreender o contexto histórico-social. Na pesquisa documental “*tem-se como fonte documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais [...]*” (SEVERINO, 2007, p.123). Com esses recursos abre-se uma ampla possibilidade de se compreender o contexto.

Analisam-se as políticas de turismo em nível: federal, estadual, municipal. Delas visam-se conhecer a contribuição das mesmas para a promoção do turismo sustentável e inclusão dos atores sociais no planejamento da atividade no município de Belém, e especificamente do

local de análise. Na observação in loco objetiva-se “*recolher e registrar fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos ou especiais ou precise fazer perguntas diretas*” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.89). Dessa forma “*o próprio investigador procede diretamente a recolha das informações, sem dirigir aos sujeitos interessados*” (QUIVY; CAMPENHOUT, 1992, p.165). Concomitante, neste momento, foram feitos registros fotográficos da área de estudo.

O instrumento para o reconhecimento da realidade empírica na área do turismo é o inventário. Esse pode ser utilizado por vários modelos existentes, encontrados na literatura acadêmica acerca do turismo. Inventariar significa registrar, relacionar, contar e conhecer aquilo de que se dispõe. A partir dele, geram-se informações capazes de auxiliar na revelação da melhor maneira de atingir as metas propostas. Posteriormente, no diagnóstico, realiza-se uma reflexão sobre a investigação, reflexão e compreensão dos dados provenientes da realidade empírica. Espera-se com tais informações possibilitar ações futuras acerca de novas Políticas Comunitárias, principalmente em áreas insulares.

Panorama geral da prática de visitação

No turismo, suas atividades relacionam às novas apropriações e explorações da natureza e das sociedades envolvidas. Nela, os exemplos de degradação ambiental e sociocultural decorrentes são abundantes, embora em escalas menores que em muitos outros setores econômicos, como os da agropecuária e dos setores industriais. Afinal, todas as atividades geram impactos socioambientais. Dessa maneira, a utilização não sustentável até o esgotamento de suas fontes de matérias-primas e transferência para outros locais de exploração, têm sido práticas constantes. Entretanto, espera-se no turismo a geração mínima de impacto.

As atividades econômicas modernas e capitalistas, geralmente, estruturam-se a partir de um modelo de desenvolvimento excludente e de promoção de desigualdade socioespacial (MACHADO; VILELLA, 2010). Neste panorama, o turismo não se diferencia, apresentando na sua origem duas deformações básicas: do ponto de vista temporal, encontrando-se excessivamente concentrado, distribuído com pouca uniformidade no espaço, além de iniciar processos de valorização fundiária, o que pode ocasionar especulação imobiliária ao valorizar novas áreas. Assim, suas características ambientais podem se tornar secundárias (MILANI; DROULERS, 2000), quanto os focos de ação. Colabora ainda para que:

A rapidez das mudanças ocasionadas pelo turismo pode gerar efeitos negativos nas relações sociais e na qualidade de vida da população. Nesse caso, é preciso estar consciente da problemática que envolve esse processo para empreender ações que minimizem seus custos sociais (BENI, 2006, p.46).

O grande paradoxo no turismo é que a atividade coloca em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadores de uma função precisa e determinada: uns trazem dinheiro com o qual comprem os serviços de outros (BARRETO, 2004). Prevalece,

normalmente, uma relação entre o consumidor, o turista e outros, definindo-os como parte da mercadoria. Relação difícil e contraditória que embora quase sempre prevaleça, precisa ser minimizado por pactos sociais estabelecidos na inserção da atividade em um determinado local.

Entretanto, turistas e população local têm diversos graus de interações. Essas resultam de gesto que vão da simpatia até a hostilidade, passando pela cordialidade profissionalmente trabalhada. A tendência parece ser o estabelecimento de relações cada vez mais profissionais entre visitantes e visitados, conforme os serviços turísticos se profissionalizam (BARRETTO, 2004). Entretanto, a impessoalidade do processo e a exploração como em outras atividades força o surgimento de outras possibilidades.

Pensa-se em um turismo alternativo como uma resposta ao turismo explorador (KASSIS, 2005). Acredita-se que com ele se pode desempenhar um papel favorável no combate à pobreza, respeitando as seguintes premissas: com um total entendimento do fenômeno a partir das perspectivas internas e externas, bem como um esclarecimento completo do contexto histórico ao considerar a exploração e manipulação praticadas por meio das regras das empresas de turismo; o necessário alcance do empoderamento (empowerment) de comunidades locais e de suas riquezas culturais e sociais; a existência de programas que possam alcançar diretamente as classes marginalizadas (KASSIS, 2005). Importante ressaltar:

(...) que comunidades portadoras de um alto capital social ampliam sua capacidade de refletir, planejar e agir de forma solidária, em rede, pois o capital social é um conjunto de memórias coletivas em rede, ampliando a colaboração e o empreendimento de ações coletivas de caráter sistêmico e solidário (BENI, 2006, p.62).

No seu desenvolvimento, identifica-se que sua eficiência se realiza na medida em que há uma integração na sua implantação e dos setores envolvidos no processo: governo e comunidade. Concomitante, deve-se incorporar a estratégias globais do planejamento público, integrando com outros setores que planejam o seu desenvolvimento socioeconômico, procurando aproveitar racionalmente o potencial natural e cultural, a conservação ambiental e objetivando a melhoria da qualidade de vida da população e uma distribuição mais equilibrada dos benefícios (BARRETTO, 2005). Outro aspecto a ressaltar consiste na sua realização, abrangendo as diferentes microrregiões do município, razão pela qual se torna de grande importância a participação ativa das comunidades organizadas.

Nas últimas décadas, a participação da comunidade - até na elaboração de Políticas - vem se constituindo um novo paradigma para o desenvolvimento do turismo. Desta maneira, pode-se contribuir para a inclusão social, quando as pessoas possuírem, ou adquirirem, condições dignas de vida no seu cotidiano e em seus locais de origem (MARCON; BARRETTO, 2004). Para isso, espera-se a formulação de parcerias, entre os empresários do setor e o poder público, que devem estar preocupadas

com a melhoria da qualidade de vida com o bem-estar social da comunidade envolvida.

Duas questões precisam ser pensadas: o papel de agentes intermediários deve ser reduzido; os recursos financeiros precisam ser dedicados a investimentos nas instituições coletivas que visem às organizações de turismo alternativo ao massivo. Muitas vezes busca-se o seu estabelecimento ao envolvê-lo com redes internacionais que adotem esta filosofia; e, finalmente, que haja um fortalecimento e ativação dessas organizações e redes com o lançamento de programas práticos, ao invés de apenas pregarem ações punitivas e regulatórias ou trabalharem em nível teórico (KASSIS, 2005). A visão da comunidade, com seus residentes, precisa ser levada em consideração para além do momento que a política e a ideologia nacional estiverem orientadas nesse sentido. A questão da participação precisa ser melhor definida e estruturada do ponto de vista dos procedimentos, uma vez que comumente, chama-se de participação à simples comunicação, durante uma reunião, estimulada para comunicar que um determinado plano, projeto ou ação será implantado. A abordagem participativa deve envolver as pessoas no processo de seu próprio desenvolvimento. Considera-se o envolvimento local ou comunitário como um processo significativo para gerar benefícios sociais e econômicos, embora não se limite apenas a isso. Este processo auxilia as pessoas a adquirirem um controle mais efetivo sobre suas próprias vidas (BRANDON, 1995).

Nota-se o turismo de base comunitária como uma maneira para a inserção de outras práticas. Entretanto, a atividade comunitária diferencia a maneira de trabalho (CORIOLANO, 2006). Trata-se de centrar no trabalho de grupos solidários. Sustentam-se suas ações na relevância da temática do desenvolvimento local e das políticas descentralizadas, atividades que tiveram ênfase a partir dos anos 1990. Essas foram resultantes da estratégia, desenvolvida principalmente na Europa ao contrastar com o acirramento da competição entre elas, e das próprias dificuldades de sucesso de sistemas econômicos locais (TAPIA, 2005). Assim, como diferencial, inicia-se a elaboração de programas de descentralização em diversas regiões deste continente.

A inserção de preocupações sociais torna-se fundamentalmente notada a partir de meados de 1970. Neste período, constantes mudanças mercadológicas fizeram com que a demanda se tornasse cada vez mais imprevisível. Os mercados consumidores se diversificam profundamente e o ritmo das transformações tecnológicas tornou-se cada vez maior, o que tem como efeito uma maior possibilidade de produção massiva (ZAPATA, 2004). Como resposta a esse panorama, observa-se uma flexibilidade empresarial, particularmente nas empresas pequenas e médias que se destacam como agentes de inovação e fontes de criação de emprego e participação nos meios produtivos. Nesta perspectiva, nos anos 1980, surgem duas linhas de investigação que originam o paradigma do desenvolvimento endógeno ou, como é mais conhecido, desenvolvimento local: a primeira, de caráter teórico, que buscava uma noção de desenvolvimento que permitisse a intervenção do Estado em regiões mais atrasadas, e outra de caráter

empírico, que tinha a expectativa de interpretar os processos de desenvolvimento das atividades.

O desenvolvimento local torna-se uma realidade, com inúmeros exemplos. Sua formulação e consolidação vêm merecendo crescente atenção por parte dos cientistas, dos políticos e das populações, por seus resultados alentadores, encaminhados a solucionar problemas, requalificando positivamente economias e minimizando desequilíbrios regionais (CORIOLANO, 1998). A possibilidade de o turismo contribuir para o desenvolvimento local e regional, bem como de poder ser considerado uma atividade geradora e multiplicadora de renda possui implicações tanto no que se refere à organização espacial, como em relação às potencialidades de desenvolvimento local. Situação que suplanta a retórica da Política Nacional de Turismo e dos planos de desenvolvimento turísticos dos governos estaduais (EGLER; RIO, 2004). Como um dos pressupostos do desenvolvimento local, a articulação dos atores envolvidos impõe a criação de instituições e mecanismos de participação da sociedade no processo decisório. A existência de uma negociação com o Poder Público possibilita permitir que a comunidade local o priorize, podendo resultar em melhoria das condições de vida da população.

Com essas premissas, o turismo abre vastas perspectivas para valorizar o patrimônio comunitário e ambiental. Acerca de suas práticas, as comunidades estão cada vez mais conscientes do potencial de seus bens patrimoniais, ou seja, do conjunto de recursos humanos, culturais e naturais, incluindo as formas de gestão inovadora de seus territórios (BENI, 2006). Além disso, na abrangência das áreas beneficiadas, o volume de recursos mobilizados e a potencialidade da atividade, se bem planejado, torna-se um vetor importante de inclusão social e de alívio da pobreza, fatores decisivos para a busca do aperfeiçoamento da estrutura conceitual de programas que atendam a novos parâmetros e paradigmas. Esses valores são compreendidos na formulação de uma sólida base conceitual que considera a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (BRASIL, 2005). A diversidade das experiências de turismo de base comunitária aliadas à cadeia produtiva do setor requer, por um lado, o enfrentamento dos desafios e, por outro, a formulação de ações concretas no campo das possibilidades (BRASIL, 2010).

Outra questão importante refere-se ao entendimento de desenvolvimento local no turismo. Esse conceito associa a relação prática gerada com a oportunidade de inserção de atores sociais e econômicos, envolvidos com o local ou a comunidade, em funções ativas na organização da oferta de produtos e serviços nos destinos turísticos (BRASIL, 2010). Embora para o MTur (BRASIL, 2010) haja uma falta de consenso em termos teóricos em relação ao turismo de base comunitária e sua heterogeneidade nas próprias experiências, a relação com sujeitos locais é condição *sine qua non* para a atividade. Estes realizam em seus territórios diversas perspectivas políticas de organização não governamental, sendo, normalmente, os responsáveis por organizar e viabilizar a experiência.

Embora cada conceito traga sua especificidade, o MTur traça diversos elementos valorativos associados às suas práticas. Assim, destaca-se o associativismo e cooperativismo, a democratização de

oportunidades e benefícios, a parceria e participação, a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e na oferta de bens e serviços turísticos, como valores-chaves da atividade. Suas ações de apropriação por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística, são bases nas suas formulações, mesmo que eventualmente contraditórias. Deve-se considerar, ainda, o turismo como uma atividade complementar às atividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades nela envolvidas.

Turismo de Base Comunitária: uma proposta de inclusão social na Amazônia

Uma política de desenvolvimento regional para ser eficaz, tem que intervir satisfatoriamente, ao mesmo tempo, nas dimensões ambiental, econômica, social e institucional. Sob esse prisma, pensa-se no seu desenvolvimento levando-se em consideração o contexto em que ela está inserida, e desprendendo-se de práticas tradicionais que procuram dar maior ênfase ao fator econômico. Espera-se na região da Amazônia este envolvimento, principalmente por suas peculiaridades culturais e ambientais.

A Floresta Amazônica é a maior floresta tropical do mundo (MARQUES; LAMAS, 2006). Caracterizada como Patrimônio Nacional, segundo o art. 225, § 4º, da Constituição Federal. (BRASIL, 1998). Este panorama ecológico e jurídico oferece suporte para estudá-la e protegê-la.

Apesar de sua exuberância, a Região Amazônica apresenta inúmeros desafios. Seus programas de desenvolvimento buscam inseri-la no circuito produtivo, bem como em relações sociais e econômicas questionáveis (FIGUEIREDO, 1999). Entretanto, sabe-se que desde os últimos três séculos, o estuário amazônico tem sido ocupado por populações caboclas, originárias predominantemente da mestiçagem entre índios destribalizados, europeus diversos, e, em menor número, os descendentes de escravos africanos. Essas populações estabelecem sistemas de exploração dos recursos naturais caracterizados com o seu manejo, o que resulta em uma complexa paisagem socioambiental. Nela, combinam-se várias atividades de subsistência, como a pesca, a caça, a agricultura e as coletas de acordo com hábitos e padrões culturais. Essas modalidades produtivas se adequaram aos diversos ecossistemas deste bioma de floresta equatorial (RODRIGUES, 2006, p. 93).

A estratégia para o turismo nos últimos governos estaduais refere-se à readequação da capacidade receptiva da cidade de Belém e à recuperação da sua vocação histórica e territorial de portão de entrada da Amazônia brasileira. Sabe-se que o Estado do Pará está dividido em seis polos turísticos: Belém, Marajó, Amazônia Atlântica, Tapajós, Xingu, e Araguaia/Tocantins (CASTRO; NASCIMENTO, 2010; PARÁ, 2011). Tal divisão visa promover uma gestão descentralizada do turismo, atendendo às demandas locais e construindo um ambiente de cooperação e governabilidade de forma articulada com os diversos agentes políticos e da sociedade civil organizada envolvidos no turismo. O enfoque no desenvolvimento local veiculado à diversidade da população paraense está

na criação de multiplicadores para influenciar no desenvolvimento político, econômico, ecológico, territorial, social e cultural de uma forma sustentável.

O desenvolvimento do turismo nesta região (com seus hotéis de selva, hotéis de lazer, pousadas, passeios, unidades de conservação, etc.) tem uma característica marcante: a ausência da comunidade local participando e opinando sobre suas instalações e prováveis impactos (FIGUEIREDO, 1999), mesmo que a própria população faça parte do atrativo com as suas manifestações culturais e visões do mundo. Espera-se, assim, uma proposta efetiva de participação local nos projetos de turismo local.

Objeto de estudo e seu contexto espacial

As comunidades ribeirinhas paraenses vivem geograficamente isoladas. O acesso à maior parte das ilhas é feito principalmente por embarcações dos próprios moradores do local ou pelo fretamento de barcos nos portos da capital e na vila de Icoaraci. A exceção se tem nas Ilhas de Mosqueiro e Caratateua (Outeiro). Essas possuem infraestrutura de acesso rodoviário ligada ao continente por pontes, enquanto Cotijuba conta com acesso fluvial diário. Entretanto, na ilha de Jutuba não há acesso diário por barco, fazendo que a maneira mais segura seja através do aluguel de embarcações.

As dinâmicas populacionais, infraestruturais, sociais, ambientais e espaciais das ilhas estão associadas às relações estabelecidas com o espaço metropolitano do município de Belém (PA). As instituições municipais SEGE (Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento) e CODEM (Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém) quando realizam pesquisas de mobilidade no município (BELÉM, 1993), constatarem que a distância física entre ilhas e o continente faz com que a população seja alijada dos serviços existentes nas áreas centrais do município. Essas se tornam marginalizadas dos serviços metropolitanos, de saúde, do comércio, das oportunidades industriais geradas, etc. No entanto, é interessante ressaltar que tal distanciamento e exclusão não impedem que haja relação entre as ilhas e a sede do município (BELÉM, 2004).

O turismo na região insular de Belém vem sendo uma atividade desenvolvida desordenadamente por meio de roteiros denominados de Caminhadas ecológicas. Essas são organizadas por agências receptivas de turismo sem um planejamento territorial ou interpretativo das trilhas visitadas. Os roteiros feitos de barco pela orla são meramente contemplativos. Outras ilhas maiores, por possuírem praias, e por estarem mais próximas à cidade, bem como por terem o acesso facilitado por transporte terrestre (Mosqueiro e Caratateua) e fluvial (Cotijuba) apresentam maior demanda durante os fins de semanas, férias e feriados prolongados (VIANNA, 2009).

A ilha de Jutuba, distante 22 km do centro de Belém, possui uma área de 5,07 km². Localizada na região insular adjacente à capital paraense, pertence ao Distrito Administrativo de Outeiro – DAOUT. Situada no extremo oeste na Baía de Guajará, sendo que três igarapés o

entrecortam: o da Bondade, o do Camarãotuba e o do Baixio. Segundo o Relatório do Inventário da Flora (BELÉM, 2000), o local é caracterizado por seu ecossistema tipicamente de várzea, isto é, durante o inverno as marés inundam a maioria das terras da ilha. Elas constituem um dos ecossistemas mais ricos da Bacia Amazônica, em termos de produtividade biológica, biodiversidade e recursos naturais. Entre os principais fatores de degradação no local estão o desmatamento, o assoreamento dos rios, a turvação das águas pela pecuária e a destruição das lagoas marginais em decorrência da expansão agrícola e urbana.

A pesquisa de campo, a entrevista e a observação realizada colaboram no entendimento do local. Embora nelas não se tenha um caráter quantitativo, algumas características predominantes foram observadas. Assim, pode-se notar que há a divisão do trabalho baseada no sexo, onde aos homens cabe o serviço de PE

sca e às mulheres o trato com a casa e com a família; a existência de práticas tradicionais resultando em uma estreita relação com o ambiente natural, o que produz uma forma singular de lidar com o tempo e com o espaço; e a construção de uma teia de relações com os espaços além das ilhas, o que garante a sua reprodução física e social. Na região insular de Belém se guardam e exercem inúmeras atividades com e práticas e saberes do local.

Existe em Jutuba uma Associação de Pescadores. A maioria da população é constituída por crianças e jovens com baixa escolaridade. Quanto à religião, existe uma interessante divisão da ilha entre católicos e evangélicos. Os moradores católicos mantêm a crença tradicional associada a mitos e lendas como: a Matita Pereira, o Boto e o Curupira; o outro grupo não pratica tais referências culturais. As comunidades sobrevivem tradicionalmente da pesca artesanal, da extração do açaí, e, em menor proporção, da criação de pequenos animais. A pesca é feita durante o ano todo, sendo usados como instrumentos de trabalho a rede para o peixe e o matapi para o camarão. De modo geral a comunidade retira da ilha apenas o necessário, coletando também frutos nativos (VIANNA, 2009). A atividade pesqueira realizada pelas famílias é de caráter predominantemente artesanal, visto que suas técnicas são antigas, tradicionais e sua produção busca satisfazer às necessidades mais básicas das famílias de pescadores; já o extrativismo é uma atividade realizada pela comunidade, que não proporciona uma renda como a da agricultura, da pesca ou do comércio, visto que a mesma só pode ser realizada no período de safra de frutas, as quais produzem seus frutos temporariamente (MELO, 2008).

Não existem roteiros turísticos elaborados para Jutuba. Assim, a instalação do turismo de base comunitária objetiva proporcionar e incentivar a participação da população na elaboração das atividades a serem desenvolvidas. Observa-se que na ilha os moradores se encontram favoráveis à atividade turística, principalmente pelas perspectivas positivas em relação à sua implementação na localidade.

Porém, alguns problemas da população da ilha têm se tornando cada vez mais graves. Existe uma tendência à migração, levando os habitantes a se transferirem para o continente em busca de melhores serviços e

qualidade de vida. Esta situação se justifica por uma realidade socioeconômica de acentuada exclusão social. A grande maioria da população se encontra desocupada; alguns sobrevivem como autônomos, outros buscam o trabalho informal fora da localidade. Esta situação de desocupação e baixa renda gira em torno de um círculo vicioso como: baixa escolaridade, propensão ao alcoolismo, prostituição, consumo de drogas, que, por sua vez, associa-se à violência e à marginalidade. A quantidade de pessoas com essas características é grande, e elas enfrentam ainda dificuldades como: o ingresso e permanência na escola, e a desqualificação profissional que se reflete como resultante da falta de propostas educacionais e profissionais para as comunidades ribeirinhas (VIANNA, 2009).

As representações simbólicas são distintas, considerando os diversos grupos sociais, sejam insulares ou continentais. Para os moradores do continente, a ilha os atrai por seu espaço singular; perda na imensidão do rio ela pode significar outra existência que contrarie a vida do continente, agregando um imaginário de charmes e segredos. Para o ilhéu, a ilha não é um espaço paradisíaco, à margem das normas vigentes, mas um lugar frágil e instável em sua vida cotidiana. A precariedade da vida insular é de ordem política, econômica e cultural.



Figura 01: Localização da região insular de Belém.

Fonte: Embrapa - Brasil visto do espaço (2012).

Figure 01: Location of the insular region of Belém.

Source: Embrapa - Brazil seen from space (2012).

Espera-se que nesta comunidade, como em outras com características próximas, a implantação de projetos com um envolvimento tanto dos aspectos econômicos como os socioculturais. A comunidade tem

grande expectativa com o advento do turismo. Porém, carece de estrutura para isso. São pessoas com baixo grau de escolaridade, além de quase nenhum recurso financeiro para investimento, precisando, sim, de qualificação para desenvolver um turismo de base comunitária.

A intervenção socioterritorial planejada e participativa para a região insular, apresenta-se como uma alternativa de inclusão social. Essa pode ser apresentada como uma das alternativas econômicas e sociais, estimulando o desenvolvimento da cidadania e de condições financeiras dos moradores. A região das ilhas possui movimentos sociais organizados de associações de moradores, centros comunitários e movimento de mulheres, que mesmo atuando restritamente, estão utilizando métodos de intervenção para transformar a realidade, e assim, construir ações cada vez mais amplas, com intenção de mudar o seu cotidiano. Há, em outras ilhas, projetos exitosos. Essas ações são desenvolvidas, por exemplo, na ilha de Cotijuba através do Movimento das Mulheres das ilhas de Belém e do projeto PEABIRU. Ações coletivas dos atores sociais garantem a organização, a mobilização e a luta pela transformação desta sociedade, possibilitando uma articulação ampla do movimento social das ilhas na discussão de políticas públicas, e assim, a buscar por melhorias na qualidade de vida de suas comunidades. Porém, são algumas ações pontuais e isoladas.

Considerações finais

Após a análise dos dados coletados propõe-se algumas ações de planejamento. Dessa forma, a integração com a comunidade deve acontecer por meio de reuniões e dinâmicas de grupos (discussões e oficinas) onde eles possam agir como protagonistas do processo e decidir sobre como organizar o turismo de forma comunitária e sustentável, bem como quais as ações e parcerias serão necessárias para tanto. A comunidade apresenta fragilidade sociocultural referente à inserção da atividade turística.

A área de implantação de uma proposta deve estar inserida no pólo de turismo Belém. Assim, procura-se estimular o turismo com perspectivas não apenas de impulsionar o crescimento econômico, mas também contribuir para o desenvolvimento municipal e para a atividade como um todo, proporcionando efetivamente a inclusão social e trazendo como consequente resultado a geração de emprego e renda para a comunidade local. Busca-se desenvolver a atividade turística de base comunitária no município de Belém, utilizando-se como área de atuação prioritária a região insular, mais especificamente a ilha de Jutuba, ocupando-se racionalmente as áreas com potencial turístico, respeitando-se suas características naturais e socioculturais, a fim de desenvolvê-lo com sustentabilidade, criando e instalando a infraestrutura adequada à atividade turística. As propostas de roteiros devem ser viáveis e discutidas com a comunidade e levar em consideração os recursos e sua atratividade, o tempo necessário para conhecer o atrativo, bem como as dificuldades de travessia da Baía do Guajará em determinados horários, que devem ser avaliados para não colocar em risco a segurança dos visitantes.

A alternativa para a implantação do turismo de base comunitária, de acordo com os princípios que norteiam a atividade, deve passar principalmente pelo processo de inclusão social. No caso específico da ilha de Jutuba, pode ainda contribuir para: proteger o rico ecossistema de várzea; promover o desenvolvimento sustentável; melhorar a qualidade de vida das comunidades locais; propiciar um potencial para pesquisa e educação ambiental; valorizar e divulgar a história e a cultura locais; programar projetos de infraestrutura de baixo impacto; sensibilizar a comunidade local e os turistas no que se refere à conservação do ecossistema insular.

A organização social deve ser feita através da criação e apoio de uma Associação de Turismo em Jutuba, capacitando-se os moradores na orientação dos visitantes. Para elaborar o projeto turístico faz-se necessário investir em trabalho de extensão. Esse deve, especialmente, formar uma base científica mais sólida sobre os principais recursos econômicos do ecossistema de várzea da região insular através de um processo dinâmico multidisciplinar e multi-institucional. Assim, por meio do estabelecimento de parceria junto a órgãos públicos, privados e organizações da sociedade civil, visa-se apoios logísticos material, e para a capacitação local e mantendo as parcerias já existentes. Espera-se também a busca de linhas de crédito e financiamento para a compra e manutenção de barcos através das organizações sociais já existentes, desde que apresentem os requisitos necessários solicitados pelas instituições financiadoras e parceiras para o funcionamento dos primeiros passeios chamados passeios piloto do projeto (após a organização dos roteiros), e a sustentação destes através de um subsídio mensal e parcial para barco por dois anos. Estas propostas precisam ainda contribuir a curto e médio prazo para a conservação e até restauração dos recursos naturais e culturais da ilha de Jutuba; minimizar a problemática social da população ribeirinha, auxiliando no processo de conscientização, sensibilização e profissionalização da mesma; e, em longo prazo, servir de exemplo de desenvolvimento do turismo de base comunitária para outras localidades.

Nota-se, com os estudos realizados, que a estruturação da ilha de Jutuba necessita de condições adequadas de infraestrutura. Soma-se a busca para minimizar os impactos sobre os ecossistemas da ilha, evitando a implantação de equipamentos sem planejamento prévio e estudo da área, sendo necessária a avaliação sobre a adequação das estruturas para o local. Os materiais utilizados podem variar segundo a região, preferivelmente devem seguir alguns parâmetros, tais como: durabilidade, integração ao entorno, disponibilidade na região e harmonia com as estruturas pré-existentes. Deste modo, não se recomenda uma padronização, mas sim um projeto integrado à paisagem da região.

Quanto à capacitação profissional faz-se necessária a criação de um centro de formação em turismo. Dele espera-se o oferecimento para a comunidade local de cursos técnicos relacionados à condução de roteiros, à orientação geográfica, fotografia, atendimento, etc. A organização da visitação possibilitará sensibilizar e envolver a comunidade local e a externa na conservação ambiental, resultando na criação de um centro de difusão e educação ambiental para os ribeirinhos e visitantes. Entretanto, observa-se

uma falta de conscientização ou de sensibilização dos moradores em relação aos efeitos negativos que a atividade possa exercer na ilha. Porém, há um interesse em conhecer melhor as dinâmicas da atividade e o desenvolvimento de ações comunitárias. Algumas poucas experiências com visitantes são entendidas por eles de forma positiva. Essas precisariam de uma análise mais detalhada.

Na ilha não há possibilidade para a formulação imediata de roteiros por mais de um dia. Na Prefeitura Municipal de Belém nenhuma proposta de ação foi encontrada para desenvolvê-los para a ilha. Problemas de infraestrutura afetam diretamente essas ações relacionadas ao turismo.

Referências bibliográficas

BELÉM. **Anuário Estatístico do Município de Belém**, v. 11, 2006 – Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2006.

BELÉM. **Plano diretor da Ilha de Cotijuba**, Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Companhia de Desenvolvimento Metropolitano. Secretaria de Urbanismo. Belém: 1993.

BELÉM, **Relatório do inventário da flora da ilha de Jutuba**. Secretaria Municipal de Educação; Fundação Escola Bosque (mimeo). Belém: 2000.

BRASIL. **Atlas do meio ambiente do Brasil: o estado do Pará** (encarte). Brasília: EMBRAPA – Ministério da Agricultura e Abastecimento, 1998.

BARRETTO, M. **Planejamento Responsável do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, outubro de 2003.

BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos sócios antropológicos. **Revista Turismo em Análise**. Vol 15, n. 2, São Paulo: Nov, 2004.

BENI, M. C. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: ALEPH, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil; Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária Desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Edital de Chamada pública de projetos MTur/nº 001/2008 seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital_Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf>.

Acesso em 10 de novembro de 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: Uma Viagem de Inclusão**, 2007/2010. Brasília, DF: 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo sustentável e alívio da pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas**. Ministério do Turismo. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil, 2011-2014**. Ministério do Turismo. [s.d.].

CASTRO, A.T.; NASCIMENTO, F.P. Regionalização do turismo no estado do Pará. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Porto Alegre, AGB, 2010.

CORIOLOANO, L.N.M.T.; LIMA, L.C. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Ceará: EDUECE, 2003.

CORIOLOANO, L.N.M.T. A exclusão e a inclusão social e o turismo. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 3, n. 2, 2005.

CORIOLOANO, L.N.M.T. Epistemologia da análise do discurso no turismo. **Caderno Virtual de Turismo** vol. 5, nº 2, 2005.

CORIOLOANO, L.N.M.T. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Turismo).

CORIOLOANO, L.N.M.T., *et al.* **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenário em mudanças**. Fortaleza: EDUECE, 2009.

EGLER, C.A.G.; RIO, G.A.P. Turismo e Desenvolvimento Local no Estado do Rio de Janeiro. **Anais do VIII ENTBL – Encontro Nacional de Turismo com Base Local**. Curitiba, 3 a 6 de novembro de 2004.

FIGUEIREDO, S.L. Mecanismos de participação popular em turismo: A experiência de Belém do Pará. *In*: CORIOLOANO, L.N.M.T. (Org.). **Turismo com ética**. 2ª Ed. Fortaleza: UECE, 1998.

KASSIS, R. Turismo de base comunitária como instrumento de redução da pobreza e inclusão social – o caso da palestina. *In*: NEUHAUS, E.; SILVA, J.S. (orgs). **Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico**. Fórum Social Mundial Porto Alegre, Janeiro de 2005.

LEFEBVRE, H. Perspectivas da Sociologia Rural. *In*: MARTINS, J.S. (Ed.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 163-177.

MACHADO, M.C.; VILLELA, L.B. **Turismo de base comunitária como alternativa para a inclusão social**. Disponível em: <www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/MariaClaraMachado.pdf> Acesso em 05 de Março de 2012.

MALDONADO, C. O Turismo rural comunitário na América latina: gêneses, características e políticas. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social COOPE/UFRJ/Ministério do Turismo: Rio de Janeiro, 2010.

MARCON, E.M.G.; BARRETTO, M. O turismo como fator de inclusão social via desenvolvimento local. **Anais do Encontro Nacional do Turismo com Base Local**. Curitiba, 3 a 6 de novembro de 2004.

MARCONI, M.A., LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARQUES, A.C.; LAMAS, C.J.E. **Papéis Avulsos de Zoologia** (São Paulo), 2006, Vol.46, p.139-174

MILANI, C., DROULERS, M. **Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal** (Cabo Verde). Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2002.

PARÁ. **Plano ver-o-Pará**: Plano estratégico de turismo do Estado do Pará, 2012-2020. Belém: Relatório executivo. 2011.

RODRIGUES, E.T. Organização Comunitária e Desenvolvimento Territorial: o Contexto Ribeirinho em uma ilha da Amazônia. **Dissertação**, UFPA, 2006.

QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ªed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TAPIA, J.R.B. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan/mar. 2005.

VASCONCELLOS, M. *et al.* Participação e governança urbana. *In*: VASCONCELLOS, M.; ROCHA, G.M.; LADISLAU, E. (orgs.). **O desafio político da sustentabilidade urbana**: gestão socioambiental de Belém. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2009.

VIANNA, R.M.M. **Turismo de base comunitária**: alternativa às desigualdades sociais na região insular de Belém? Belém (PA): Dissertação, UFPA, 2009.

ZAPATA, T. *et al.* **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local**. Recife: Instituto de Assessoria para o desenvolvimento humano, 2004. Disponível em: < <http://iadh.org.br> > Acesso em: 03 de abril de 2012.

Regina Maria Matos Vianna: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil.

E-Mail: retur_20@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9289296219260184>

Pedro de Alcântara Bittencourt César: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil.

E-Mail: bittencourt_tur@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0900226519393513>

Leiliany Negrão de Moura: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-Mail: leilianym@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8444158287912397>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 07 de fevereiro de 2014

Data do aceite: 07 de fevereiro de 2014

Avaliado anonimamente